



## Na Mídia

24/11/2023 | [Valor Econômico](#)

### **Binance tenta ‘virar página’ no Brasil após acordo nos EUA**

Para especialistas, admissão de culpa nos EUA cria antecedente criminal e pode influenciar análise pelo Banco Central da compra da corretora Sim;Paul

Ricardo Bomfim | Toni Sciarretta



Guilherme Haddad Nazar, diretor-geral da Binance no Brasil — Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Fechado o acordo bilionário para encerrar investigações criminais nos EUA, a Binance também tenta agora “virar a página” sobre questionamentos de conformidade e procedimentos contra lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo no Brasil, um dos principais mercados da maior plataforma de criptoativos do mundo.

No Brasil, a Binance tem pouco mais de 200 pessoas, a maioria em funções de suporte a clientes. O comando da operação segue com Guilherme Haddad Nazar, que se reporta para Min Lin, vice-presidente da regional da América

Latina. Lin era subordinado direto de Richard Teng, que cuidava de todas as operações regionais antes de assumir o posto de CEO no lugar do fundador Changpeng Zhao, conhecido como CZ, que deixou a empresa como parte do acordo com as autoridades americanas.

No acordo, a Binance reconheceu que seus controles não impediram crimes de lavagem de dinheiro (PLD) e transações com grupos terroristas e sancionados. Para advogados criminalistas, a admissão de culpa nos EUA cria antecedente criminal e materializa um dos aspectos mais relevantes sob análise do Banco Central (BC) para aprovar a compra da corretora Sim;paul, principal pleito da Binance no país para se tornar uma instituição regulada localmente.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das pirâmides de criptomoedas recomendou que o BC rejeitasse a aquisição da Sim;paul pela Binance. O presidente da CPI, deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), disse em entrevista ao Valor que a recomendação só aconteceu porque o processo já não estaria correndo bem dentro da autoridade monetária. “Se a Binance comprovar tudo o que o BC pede na documentação, a compra pode ser aprovada”, disse Ribeiro.

Segundo Nicole Dyskant, fundadora da empresa de compliance regulatório CompliAsset, caso a Binance seja considerada partícipe de crimes como lavagem de dinheiro e envolvimento com jurisdições sancionadas, ela poderia ser condenada como sujeito do crime, mas o Brasil ainda não conta com base jurídica para penalização da empresa pelo dever de prevenção. “Inclusive, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) chegou a mudar a regra para cortar o canal de reporte de transações suspeitas das exchanges de criptomoedas.”

**Juliane Ferreira, advogada especializada em compliance do GVM Advogados, diz que, em casos nos quais a alta administração de uma empresa admite violações nas políticas de PLD e envolvimento com jurisdições sancionadas, o BC redobra o seu cuidado. Já Fabyola En Rodrigues, sócia da área penal empresarial do Demarest, destaca que as autoridades brasileiras poderão solicitar detalhes e informações sobre a confissão, com consequências administrativas e judiciais. “Por meio de cooperação internacional, o Ministério Público Federal (MPF) deve fazer a requisição das provas apresentadas e termos negociados.”**

Empresa tem pouco mais de 200 colaboradores no país, a maioria em funções de suporte aos clientes

Eduardo Bruzzi, sócio do BBL Advogados, diz que é possível que o poder fiscalizatório e eventualmente sancionador do BC possa ser atraído em razão da gravidade dos acontecimentos nos EUA.

A Binance, por sua vez, segue destacando os investimentos feitos em compliance nos últimos anos e diz que o acordo se refere à atuação no passado. A exchange afirma ter 800 pessoas relacionadas à área no time global, contando com especialistas em cibersegurança e ex-investigadores. Fora o pagamento de US\$ 4,3 bilhões e a saída do fundador da direção, a empresa terá monitoramento externo e prestará contas às autoridades dos EUA, além de proceder com alertas de operações suspeitas realizadas na plataforma, inclusive de maneira retroativa.

O acordo nos EUA foi costurado de forma a preservar a operação e o ecossistema em torno dela, fatores que também têm apelo no Brasil, dado que se trata da maior do setor. Por aqui, não há ainda uma regulamentação de criptoativos, pois o BC não disciplinou de maneira infralegal os princípios do marco legal do setor.

Procurada, a Binance afirma em nota que o Brasil é um mercado relevante e que continuará a investir e expandir seus serviços para os usuários locais. “A exchange vem investindo em novos talentos em diversas áreas no país: assuntos governamentais, compliance, segurança, comunicação, desenvolvimento de negócios, entre outras.”



